



INTERPELAÇÃO ORAL

Apelo à aceleração da resolução das infiltrações

As infiltrações de água nos edifícios são um problema “antigo, grande e difícil” que perturba a vida dos residentes, sobretudo em Macau onde existem muitos edifícios velhos, e a isto acresce o envelhecimento contínuo dos edifícios, portanto, as infiltrações só vão aumentar em vez de diminuir. No passado, o meu gabinete recebeu muitos pedidos de ajuda, nalguns casos as infiltrações foram tão graves que acabaram por prejudicar a higiene ambiental e a saúde dos residentes, e noutros casos, a resolução da infiltração demorou muito tempo ou nunca foi encontrado um método eficaz para a sua resolução. Mas o que merece atenção é que, devido ao recente surgimento duma nova onda da epidemia, as infiltrações não só prejudicam o dia-a-dia dos residentes, mas também podem constituir um risco escondido para a propagação da epidemia, por isso, os serviços competentes têm de dar a devida atenção ao assunto.

Para fazer face à situação, o Governo criou o Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, para apoiar os residentes na resolução das infiltrações, mas a experiência que eu tive no apoio à resolução do problema mostra-nos que os procedimentos administrativos são lentos, há que esperar muito tempo desde o envio do pedido até à realização dos testes às infiltrações por parte do Governo, e mesmo quando detectado o problema, não se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

consegue resolvê-lo, por causa da “dificuldade em entrar no domicílio de outrem” ou por falta de colaboração do proprietário em causa. Outra situação é a seguinte: mesmo depois de concluídos os testes, os trabalhos posteriores, tais como as respectivas reparações e a efectivação de responsabilidades, são muito difíceis, por isso, os residentes sentem-se desamparados e perturbados. Em várias LAG de anos anteriores, o Governo refere que vai definir leis e regulamentos especiais para o assunto, e mais, na resposta a uma interpelação de um deputado, o Governo também refere que *“a elaboração da proposta de lei do mencionado regime jurídico foi incluída no plano legislativo de 2022, o Governo da RAEM irá procurar cautelosamente um mecanismo dotado de operacionalidade e auscultar com atitude aberta as opiniões dos diversos sectores da sociedade antes de submeter a respectiva proposta de lei à apreciação da Assembleia Legislativa.”*, mas, desde então, não se ouviu mais nada sobre o assunto.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo as LAG para 2022, o “Regime jurídico para o tratamento de infiltrações de água nos edifícios” passou a ser incluído no plano legislativo deste ano. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de definição do referido regime jurídico?
2. Devido ao surto da epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, as águas residuais dos edifícios e os tubos de drenagem podem ser meios de propagação da epidemia. O Governo apelou aos cidadãos para tomarem medidas com vista a “salvaguardar a instalação e funcionamento correcto das canalizações, para evitar o surgimento de fissuras e danificações nas canalizações, bem como fuga de água suja”, mas como neste momento os problemas de infiltração de água nos edifícios



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

difícilmente conseguem ser resolvidos de forma rápida e com eficiência, não restam dúvidas de que a saúde pública vai ser colocada em risco. Tendo em conta a saúde pública, o Governo deve tomar medidas para acelerar os respectivos procedimentos administrativos, aumentar a eficiência dos trabalhos de realização de testes da responsabilidade do Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios e prestar apoio aos residentes que se encontram em situação muito grave e com necessidades urgentes de reparação. Estas medidas vão ser tomadas?

3. Segundo os serviços competentes, os residentes podem, à sua própria custa, encarregar técnicos ou entidades privadas e qualificadas para a realização de testes às infiltrações ou para a emissão de pareceres sobre a reparação, e os relatórios são iguais aos das entidades encarregadas pelo Governo. Porém, os custos de realização dos testes pelas entidades privadas variam, por isso, para alguns residentes, sobretudo para os idosos pertencentes à camada mais fragilizada ou para os que vivem sós, esses custos constituem um encargo pesado. Os serviços competentes devem estudar a possibilidade de conceder subsídios aos residentes que se encontrem em condições específicas, para ajudá-los a encontrar, o mais cedo possível, a origem das infiltrações. Vão fazê-lo?

23 de Junho de 2022

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Wong Kit Cheng